

DOI: [10.46943/IX.CONEDU.2023.GT01.074](https://doi.org/10.46943/IX.CONEDU.2023.GT01.074)

PERCEPÇÕES DISCENTES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL E A PRESENÇA DE PROFESSORES HOMENS NO ENSINO DE CRIANÇAS

VICTORIA CAROLINA DA FONSECA CAMPBELL ROCHA

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG, vickcampbell15@gmail.com

RAQUEL SANTOS PEREIRA

Graduanda do Curso de Letras da Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG, raquelpereirasts@gmail.com

IUCIF LEMOS DO NASCIMENTO

Graduando do Curso de Letras da Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG, iuciflemos@gmail.com

JAIRO BARDUNI FILHO

Professor orientador: Jairo Barduni Filho, Doutor em Educação, - UFJF, professor da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG-Carangola jairobardunifilho@gmail.com

RESUMO

As nossas experiências adquiridas no percurso escolar são tomadas como definidoras para o reconhecimento das questões de gênero e educação sexual fornecendo um pertencimento ancorado num tipo de saber sobre os temas. O capítulo reflete sobre as experiências de estudantes do curso de Pedagogia da UEMG-Carangola no contato com os conhecimentos da Educação Sexual. Trata-se da última etapa da pesquisa: Homens na Pedagogia: desafios, conflitos e tensões pela presença masculina no ensino de/com crianças. A pesquisa conta com o Programa de Bolsas de Produtividade (PQ – 10/2022) da UEMG. O objetivo foi coletar impressões escritas das estudantes por meio de um roteiro de cinco perguntas sobre duas oficinas oferecidas sobre educação sexual. As respostas foram analisadas com base nos estudos de gênero com Louro (1997) e Educação sexual com Furlani (2011) e, estudos das masculinidades com Ramos (2017). Os dados serviram para que pudéssemos compreender como foi o contato com o assunto no período de escola, como elas pensam as resistências das

famílias, os desafios etc. As respostas apontam para o receio de no futuro terem de abordar o assunto com os pais, a maioria das estudantes ou não tiveram contato com educação sexual na escola ou tiveram uma educação sexual higienista e biologicista. Todas entendem a importância dos homens cursando Pedagogia e acreditam que é necessário questionar a feminização do magistério e os preconceitos para que mais rapazes se interessem em ser professor de crianças.

Palavras-chave: Formação Docente, Educação Sexual, Estudos de Gênero, Masculinidades

INTRODUÇÃO

É importante sabermos que gênero e sexualidade permeiam todo o cotidiano de uma escola, afinal, como aponta Louro (1997): “tanto a dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (p.27). Assim, importa pensar em como a identidade de gênero vai se construindo através de símbolos, discursos, relações sociais que acontecem no cotidiano escolar, são as identidades escolarizadas como aponta a autora.

Será que devemos naturalizar que meninos são mesmos agitados, violentos, inquietos e que meninas são dóceis, delicadas e mais bem comportadas. Trata-se de questionarmos exatamente como essas identidades escolarizadas são forjadas pela cultura escola e seus códigos, rituais, linguagens, materiais didático-pedagógicos, afinal, quando ocorre o inverso desses comportamentos, logo é acionado o alarme de desvio de comportamentos tanto para o menino quanto para a menina transgressores de suas identidades pré-concebidas pelas expectativas dos adultos, seus tutores. Para Louro (1997):

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidades, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão. (p.64).

Portanto, o trabalho com uma educação sexual pode ajudar a questionar o status de desigualdade de gênero, desigualdade de papéis, afinal, se entendermos a sexualidade como parte do desenvolvimento, das manifestações sociais e identitárias do sujeito, então precisamos pensar a discussão da sexualidade em todos as fases de desenvolvimento das aprendizagens escolares. Como aponta Furlani (2011 p.65 *apud* Haffner 2005 p.20) as crianças sexualmente saudáveis:

São aquelas que sentem bem com seus corpos; Que respeitam os membros da família de outras crianças; Que entendem o conceito de privacidade; Que tomam decisões adequadas para à sua idade; Que ficam à vontade para fazerem perguntas; Que se sentem preparadas para a puberdade (p.65).

Assim, é importante buscar identificar quais são os conhecimentos, as percepções que as crianças possuem a respeito das descobertas corporais, do que elas pensam sobre ser menino e ser menina, como compreendem as brincadeiras tidas para meninos e para meninas e, como se organizam para brincarem juntos, quais os papéis, personagens são inventados, como elas interpretam histórias que problematizam os papéis de gênero, as sexualidades, a pluralidade familiar etc. Além disso, como se expressam frente a possíveis preconceitos. Assim, trabalhar com educação sexual pode ser um momento prazeroso de aprendizagem de valores, respeito, cidadania e solidariedade. Como um dos maiores benefícios de se trabalhar com educação sexual com crianças é o fato de podermos discutir a descoberta corporal, falar que ela é expressão da sexualidade. De acordo com Furlani (2011):

A escola pode educar a criança a aprender noções acerca de intimidade e privacidade pessoal, entendendo o momento e o local apropriado para tais manifestações. Há uma grande diferença entre “educar para a negação-proibição” da sexualidade e “educar para a positividade-consentimento” das expressões sexuais (p.68).

No mais, a Educação Sexual enquanto uma oferta que está prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), (BRASIL, 1997):

De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. (p.83).

Além disso, quando falamos em oferta da Educação Sexual para crianças e adolescentes, é importante que saibamos se tratar de um tema já existente na legislação que regem a nossa educação para uma proteção integral das crianças e adolescentes, ou seja, são leis que embasam as questões ligadas à sexualidade, diversidade, como é apontado pela: Constituição Federal (C.F) de (1988), em seus artigos 205º, 206º e 227º. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de (1990) em seus artigos 1º, 4º, 5º, 245º entre outros que versam sobre proteção e direito das

crianças e adolescentes e, obrigatoriedade do responsável escolar em denunciar casos de abusos às autoridades. Logo, a responsabilidade é tanto da família quanto da escola.

METODOLOGIA

A coleta de dados com as oficinas caracteriza uma das características de uma pesquisa qualitativa, no caso, como aponta K. YIN (2016): “representar as opiniões e perspectivas das pessoas rotuladas neste livro como os participantes de um estudo” (p.7). Assim, a metodologia utilizada foi a aplicação de duas oficinas para a coleta de dados através de um pequeno questionário com cinco perguntas. O objetivo foi capturar opiniões e reflexões a respeito do assunto e discussões nas oficinas. As oficinas foram então um modo de dialogar e compreender os pontos de vista das estudantes do curso de Pedagogia – UEMG/Carangola a respeito da Educação Sexual para crianças. No total foram 30 questionários respondidos nas duas oficinas.

Logo, a ação de oficinas é uma ferramenta que extrai experiências múltiplas, opiniões diversas e singulares a respeito de determinado assunto tema. É importante salientar para o(a) leitor(a) que, por se tratar de um artigo com número fixado de paginação, resolvemos trazer o resumo das respostas para cada pergunta do questionário, pois, caso fossemos trazer o conjunto de resposta na íntegra, certamente iríamos extrapolar o número limite para a publicação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As respostas coletadas por meio de um breve questionário sem identificação dentro das oficinas de Educação Sexual com estudantes do curso de Pedagogia da UEMG-Carangola serão analisadas pelas contribuições teóricas de Louro (1997), Furlani (2011) e Ramos (2017).

Pergunta 1 – Você chegou a ter contato com os temas que envolvem a educação sexual na escola? Se sim, como foi?

Respostas: Nessa questão, 17 alunos responderam SIM e 13 alunos responderam NÃO. Os que responderam sim, disseram que tiveram contato com o tema quando profissionais da saúde foram as escolas falar sobre doenças sexualmente transmissíveis DST's ou de maneira biológica e higienista nas aulas de ciências. Em duas respostas esse contato aconteceu no sétimo ano do fundamental 1, por um

curso do Senar sobre DST's e preservativos. Os que responderam não, disseram que não tiveram contato nenhum ou de forma superficial e bem básica nas aulas de ciências.

Vemos que a maneira, que instituições educacionais tratam a sexualidade está voltada a uma educação sexual biológica o ato do homem e da mulher numa lógica sexualmente reprodutiva, além de só apontarem e caracterizarem produtos negativos dessas relações, que são a gravidez precoce e as DST's.

As respostas da pergunta corroboram com o que é apontado por Furlani (2011), como uma não aceitação da sexualidade com o objetivo de prazer, sem a intenção direta de reprodução. Dessa forma se nega também sexualidade na infância, por entender que a sexualidade legítima é a penetração vaginal, o ato sexual entre sexos opostos. Segundo, Furlani (2011):

O principal paradigma a ser desconstruído é o entendimento de que a sexualidade, para as pessoas, se justifica pela reprodução. Se a capacidade reprodutiva é uma maturação biológica adquirida no período denominado de puberdade, então o que justifica a sexualidade antes disso – na infância? (p.67).

A partir dessa visão deve-se trazer novas perspectivas e princípios de uma prática pedagógica sexual voltada ao desenvolvimento completo da criança, assim reduzindo as desigualdades e ampliando a inclusão social gerando então “crianças sexualmente saudáveis” (Furlani, 2011, p. 65) e uma educação sexual voltada a todos os aspectos que possam ser desenvolvido a partir da mesma.

Pergunta 2 – Você se sentiu mais segura aprendendo sobre educação sexual nesta oficina? E, você se sente mais segura para trabalhar no futuro com educação sexual na escola

Respostas: Na primeira parte todos responderam que sim, se sentiram mais seguros aprendendo sobre educação sexual nesta oficina. Pois, lhes proporcionou um leque de possibilidades para trabalhar com o tema, além de terem conseguido ter uma visão mais ampla sobre o que é trabalhar com educação sexual e como trabalhar esse temas com diferentes práticas. Na segunda parte três responderam que ainda não se sentem totalmente seguros para trabalhar com educação sexual precisariam se aprofundar mais no assunto e dependeria muito da relação professor, aluno, escola e família.

A educação sexual não é um assunto que comumente está presente na formação de professores, tal fato acaba levando esses profissionais a terem poucas informações e conhecimentos sobre o assunto, muitas pedagogas não se sentem à vontade para estarem trabalhando com o tema em sala de aula ou, acreditam que o assunto deve ser tratado em casa, como se fosse um assunto privado/familiar. Mas quando foi apresentado nas oficinas os caminhos e meios de, quando se trabalhar, o que se trabalhar e como trabalhar com cada faixa etária de idade sobre os diversos assuntos que compõem o tema educação sexual, os(as) futuros(as) docentes se sentiram mais confiantes. Porém para continuarem se aprimorando, é de extrema importância que as(os) mesmas(os) se aprofundem no assunto, seja com pesquisas individuais, outras oficinas numa permanente busca de aperfeiçoamento para trabalhar e ensinar educação sexual para os pequenos.

O pedagogo deve estar apto a agir com coerência quando os desafios surgirem no cotidiano escolar principalmente no que diz respeito à diversidade e a inclusão. Como diz, Furlani (2011):

Sempre que possível, as atividades programadas devem levar as crianças e os jovens a refletirem sobre a importância de considerar “o outro”, “o diferente” como algo bom, desejável. Essa educação pode ser vista como uma forma de a escola contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, na busca pela paz, contra as muitas formas de exclusão[...]. (p.70)

A educação sexual é um tema muito amplo e importantes para se trabalhar não só a reprodução sexual biológica, mas também assuntos como gênero, sexo, raça, sexualidade, classe social, religião, etnia entre outros. A educação sexual então se torna um ferramenta de inimaginável valor para a formação das crianças e adolescentes, mas a mesma pode se tornar uma arma, que ao invés de ensinar o autoconhecimento, o respeito e a plena cidadania, irá ensinar formas de mais preconceitos e repreensões. Lopes (1997), diz que:

As memórias e as práticas atuais podem contar da produção dos corpos e da construção de uma linguagem da sexualidade; elas nos apontam as estratégias e as táticas hoje institucionalizadas das “Identidades sexuais e de gênero. Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. (p.21)

Essa pedagogia de repreensões não ocorre apenas e exclusivamente nas escolas, também acontece em casa, nos diversos espaços de convivências, contudo, é nas escolas que grandes mudanças podem ser feitas no sentido de descortinar ideias errôneas e preconceitos arraigados. Assim, vai depender de como cada instituição educacional enxerga a infância, os direitos da infância, o trabalho com o corpo, descoberta corporal, expressão da sexualidade, as falas sobre sexualidade, o trabalho pedagógico em prol da coeducação no sentido de evitar a segregação de gênero desde tenra idade. Todo esse conjunto de ações e preocupações pode proporcionar às crianças esse lugar de conhecimento, uma escola sexualmente saudável para se falar sobre dúvidas, curiosidades, prevenção e autocuidado com crianças.

Pergunta 3 – Se tivéssemos na UEMG – Carangola uma pós – graduação em gênero, sexualidade e educação você faria?

Respostas: Novamente as 30 respostas foram unânimes. Que com certeza fariam uma pós-graduação em gênero, sexualidade e educação, se tivesse na UEMG – Carangola. Alguns relataram que talvez não seriam sua primeira opção de pós, mas com certeza fariam em algum momento. Pois, ajudaria aprender mais sobre o tema, manter-se atualizado e saberiam como lidar da melhor forma com situações que são frequentes no dia a dia, no ambiente escolar sobre a sexualidade.

Por muito tempo a educação esteve ou está (ainda) arraigada a um conceito religioso que oprimia e discriminava qualquer tipo de expressão que não fosse considerada natural da criação. Que leva a entender que a menina tem que ser uma boa moça e boa esposa e o menino um homem viril e que impõe a autoridade e que a relação sexual é um ato pecaminoso, que só pode ser feito por um casal heterossexual com a finalidade de procriação.

Apesar das escolas estarem se desprendendo desses conceitos, ainda existem muitos professores que segundo Furlani (2011), se apegam a construções rígidas e aceitam um entendimento hegemônico de que a sexualidade só deve ser abordada na adolescência e que meninas devem brincar de boneca e meninos de carrinho, qualquer outra forma seria inaceitável. Dessa maneira a informação chega tarde, deixando a educação sexual para ser trabalhada de forma tardia.

Quando esse conceito é questionado novas visões e reflexões surgem. Foi exatamente o que essas futuras pedagogas puderam experimentar nessa oficina de educação sexual, a quebra de tabus, que lá na frente poderia corroborar com práticas pedagógicas excludentes. Acreditamos que as oficinas ajudaram-nas a

entender o que seria uma escola que respeite as diferenças por meio da educação sexual. Na verdade, só pelo fato das(os) estudantes se inscreverem nas oficinas isso por si só já demonstra que a atual geração de pedagogas(os) estão interessadas(os) pelo assunto e buscando se informar, se instrumentalizar para os desafios da profissão.

Por isso, a necessidade de mais oficinas, de termos mais cursos, mais especializações, mais programas de mestrados e doutorados, mais ações universitárias para fomentar o aperfeiçoamento e aprofundamento do ensino de educação sexual no ambiente escolar. Essas ações irão refletir igualmente em outros ambientes que esses alunos se insiram.

Pergunta 4 – Na sua opinião quais seriam os maiores desafios didáticos para se trabalhar com educação sexual nas escolas?

Respostas: A maior parte dos entrevistados relataram que os maiores desafios são o preconceito, tabu, mente fechada, desinformação e descaso. Isso por parte dos pais, educadores, da escola e da sociedade, que por muitas vezes acabam deixando esse assunto de lado. Além da falta de formação docente para trabalhar com essa temática e a escassez de recursos e materiais didáticos. Em alguns casos os professores não sabem como encontrar esse tipo de material ou não tem a sua disposição para trabalhar.

A sexualidade por vezes foi tratada como algo vergonhoso e impróprio e o diálogo a respeito desse assunto era com alguém muito íntimo ou nem sequer existia. Podemos ilustrar essa afirmação em um trecho de Lopes (1997), que diz:

Como jovem mulher, eu sabia que a sexualidade era um assunto privado, alguma coisa da qual deveria falar apenas com alguém muito íntimo e, preferentemente, de forma reservada. A sexualidade - o sexo, como se dizia - parecia não ter nenhuma dimensão social; era um assunto pessoal e particular que, eventualmente, se confidenciava a uma amiga próxima. "Viver" plenamente a sexualidade era, em princípio, uma prerrogativa da vida adulta, a ser partilhada com um parceiro do sexo oposto. Mas, até chegar esse momento, o que se fazia? Experimentava-se, de algum modo, a sexualidade? Supunha-se uma "preparação" para vivê-la mais tarde? Em que instâncias se "aprendia" sobre sexo? O que se sabia? Que sentimentos se associavam a tudo isso? (p.4).

Para essas perguntas, Lopes afirma que a resposta vai depender do contexto que o engloba, seja raça, religião, classe, etnia, idade entre outros fatores. Mas em

um mundo tão conectado, manter-se neutro é deixar que as crianças e adolescentes fiquem à mercê de situações perigosas, constrangedoras e de insegurança. As perguntas e dúvidas chegam como um turbilhão em suas cabecinhas, geram frustração, quando não obtêm respostas ou são repreendidos por suas dúvidas. Por isso é importante garantir na escola que o assunto da sexualidade seja tratado em todos os níveis de escolaridade. Como aponta Furlani (2011):

Podemos dizer que a “função social da escola” é tornar-se significativa para a vida das pessoas. Traduz-se esse “função” no “desenvolvimento integral” da criança, na contribuição para a vida de uma “cidadania plena”, no “minimizar as desigualdades e promover a inclusão social”, ou ainda, democratizar o conhecimento”. Independente desse ou daquele paradigma pedagógico e político, a inclusão nos currículos escolares da educação sexual me parece óbvia, necessária, desejosa e coerente com uma escola útil à formação integral de crianças e jovens e à sociedade (p.65).

O fato também da sexualidade ser considerada algo extremamente privado, faz com que os professores se sintam desconfortáveis para falar do assunto em suas aulas e sem contar a insegurança dos pais de “estranhos” virem conversar com seus filhos a respeito de sexualidade, o medo é de que isso subverta os conceitos e valores do meio em que as famílias são inseridas.

Pergunta 5 - Na sua opinião, que tipo de estratégias deveriam existir para que tivéssemos mais estudantes homens cursando pedagogia?

Respostas: As estudantes apontam ser importante, trabalhar com a quebra desses estereótipos, que fazem as pessoas pensarem que a mulher por ter um instinto materno sabe cuidar e educar da melhor forma e o homem por ser “bruto” não saberia. Essa quebra deveria começar desde o jardim de infância até a formação básica, com uma educação que não separe o que é brincadeira de menino e brincadeira de menina, coisas de menino e coisas de menina, que são os primeiros passos para estar rotulando para a vida adulta. E apontado a realização de palestras que retratem a diversidade e como é importante que os homens também se inseriram na pedagogia, no caso, que possam ser convidados a conhecer o curso e a se interessar pelo curso. Além disso, a educação sexual também foi apontada como sendo um importante componente do ensino para que os meninos e meninas possam desde tenra idade compreender que não existem profissões distintas para cada gênero, por fim, um estudante homem escreveu a respeito do salário, que, os homens também se afastam da profissão pelo pouco reconhecimento financeiro da profissão.

Pela experiência pessoal e entrevista com outros homens que trabalham na educação infantil, o professor Joaquim Ramos destaca alguns dos desafios que os homens enquanto professores enfrentam, além do estranhamento gerado no ambiente de trabalho por ter alguém do gênero masculino cuidando e educando crianças. De acordo com Ramos (2017):

Para os professores homens da educação infantil, o estágio probatório – exigência legal para todos os servidores municipais – se associa ao estágio comprobatório, caracterizando, assim, uma dupla exigência: a primeira delas é pública e universal; a segunda, é uma exigência velada que recai de maneira visceral sobre os homens no interior das instituições públicas de educação infantil, com repercussão direta na esfera das relações de gênero. (p. 70)

Ou seja, a vigilância institucional tende a se posicionar para o estranhamento de gênero, um gênero suspeito de ameaçar a integridade física e moral das crianças. E, mais do que isso, tais homens professores são vistos com a eterna suspeita de uma sexualidade desviante, no caso, como homossexuais, bissexuais dentro da profissão. Segundo Lopes (1997):

A homofobia, o medo voltado contra os/as homossexuais, pode se expressar ainda numa espécie de “terror em relação à perda do gênero”, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher “reais” ou “autênticos/as”.[...]. (p. 28 e 29).

As/os estudantes que participaram das oficinas relataram assim que, é necessário o esforço institucional de creches, pré-escolas, escolas e, principalmente da sociedade em geral para mudar o cenário de gênero quando falamos em ensino de crianças em tais instituições. É necessário um trabalho de discussão, reflexão, informação e motivação para que cada vez mais os rapazes se interessem em exercer a docência na educação infantil, e, cabe, claro, as instituições infantis desestranharem essa novidade de gênero dentro da profissão bem como das próprias estudantes em salas de aulas nos cursos de Pedagogia Brasil a fora, é necessário acolher esses poucos homens para que outros possam se interessar pela profissão e por esse espaço que é de predominância feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As respostas obtidas nas oficinas apontam para o desejo unânime em poder conhecer mais do assunto, buscar a formação com um trabalho que envolva o contato com a educação sexual de modo a contribuir positivamente para a aprendizagem, prevenção e proteção infantil em creches, pré-escolas e escolas. É sabido que duas oficinas não são suficientes para uma formação no assunto, trata-se de um início, um despertar para uma formação continuada. No mais, oferecer oficinas dentro de um espaço universitário é uma forma de fazer cumprir as leis que regimentam a formação para tratar das diversidades enquanto direito de crianças e adolescentes. Por esse motivo as oficinas se fizeram importantes enquanto espaços de formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996. BRASIL.

_____. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, BNCC.** Brasília, 2018.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA.** Brasília: Diário Oficial da União, 1990. BRASIL.

_____. **PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual.** MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

FURLANI. J; **Educação sexual na sala de aula – Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

K. YIN, Robert. **Pesquisa qualitativa – do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva – Porto Alegre: Penso, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação - Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6^o edição. Petrópolis: vozes, 1997.

RAMOS, Joaquim. **Gênero na Educação Infantil – Relações (Im)possíveis para professores homens**. Jundiaí. Paco Editorial. 2017.